



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 1/2022 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0003171-82.2021.4.01.8012)

CONTRATAÇÃO DE SEGUROS IMOBILIÁRIOS

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III e V, e no artigo 8º, inciso II, e artigo 3º, inciso XI, do Decreto n. 10.024/2019, bem como no Decreto-Lei n. 73/1966, que trata da regulamentação das operações de seguros e resseguros no país, e Decreto-Lei n. 61.589/1967, que regulamenta o Decreto-Lei n. 73/1966, foi elaborado o presente Termo de Referência.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de cobertura de seguro, sem franquia principal, para os imóveis sedes da Justiça Federal em Porto Velho (Edifício-Sede, Estacionamento, Anexos I e II), Ji-Paraná (Edifício-Sede, estacionamento e arquivo judicial), Guajará-Mirim e Vilhena, incluindo o seu conteúdo (equipamentos, mobiliário e outros materiais) contra o risco eventual e imprevisto de ocorrência de sinistros (incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais), pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição e condições gerais especificadas neste Termo de Referência.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A necessidade da contratação se justifica diante da necessidade da Administração em prevenir-se contra possíveis danos causados por sinistros, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário, além de visar uma nova contratação, uma vez que o **Contrato N° 04/2019**, 7644046, firmado com a empresa **SOMPO SEGUROS S/A**, cujo objeto é a prestação de serviço de seguro contra o risco eventual e imprevisto de ocorrência de sinistros, se encerra às 24h do dia **12/02/2022**. Além do mais, há dois imóveis da Justiça Federal (Anexos Getúlio e Ipase) que não estão cobertos por seguro no momento, e o estacionamento será incluído no rol de imóveis segurados.

3.2. Como benefício direto e indireto a Administração poderá, em caso de sinistros cobertos pelo contrato, se resguardar no caso de eventuais prejuízos que porventura possam ocorrer, em caso de caso fortuito e/ou catástrofes, poderá obter a reparação dos danos, dentro dos riscos previstos e das coberturas estipuladas.

3.3. Em razão da observância dos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, esta unidade sugere que a contratação do seguro seja realizada em lote único, com todos os imóveis utilizados por esta Administração, face os valores diferenciados oferecidos pelas seguradoras e a possibilidade de gerenciamento de apenas uma apólice de seguro total.

3.4. Justifica-se, ainda, a contratação dos seguros dos imóveis em lote único pelos seguintes motivos:

- a. devido à escassez de empresas interessadas em ofertar propostas para a execução dos serviços pretendidos por esta Seccional, fato comprovado pela dificuldade de se obter cotações de preço para compor a estimativa da despesa;

- b. o impedimento de participação das corretoras de seguro no certame, o que restringe a oferta desses serviços para órgãos públicos, o qual somente as seguradoras são autorizadas na participação;
- c. não é economicamente rentável para as grandes seguradoras a participação em licitações que ofereçam valores de prêmios considerados baixos. Como se trata de serviços prestados sem a presença física das seguradoras, o loteamento dos itens não representa restrição a participação dessas empresas, pelo contrário, haverá um estímulo na garantia de que todos os imóveis serão segurados por uma única empresa;
- d. a contratação pelo valor global torna mais atrativo o objeto a ser contratado, ampliando o interesse das sociedades seguradoras;
- e. o agrupamento dos itens especificados em um único lote propiciará à Administração a gestão de apenas uma apólice de seguro de bens móveis e imóveis, diminuindo, dessa forma, o custo administrativo de todo o processo de contratação, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos.

3.5. Tal diretiva vai também ao encontro dos entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o Acórdão TCU 861/2013-Plenário, a Relatora sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes, quando da licitação que preenche os requisitos para tanto:

“lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”

3.6. Desta forma, o próprio TCU reconhece que o loteamento de itens é perfeitamente justificável quando se busca promover a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público, quando preenchido os requisitos legais e se verifica que não haverá restrições de participações no certame.

3.7. Esta demanda está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, uma vez que compreende os serviços necessários para atendimento dos **Macrodesafios "Aperfeiçoamento da gestão administrativa" e "Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira"**, que se preocupam em alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, além do estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da Justiça.

3.8. Esta demanda está prevista no Plano Anual de Aquisição e Contratação – PAAC 2021, aprovado através da Portaria SJRO-Diref 54/2021 (12684840), PAe n. 0000636-83.2021.4.01.8012.

3.9. A contratação foi objeto de Estudo Técnico Preliminar 14017296, aprovado pelo Despacho SJRO-SECAD 14151084, no qual se demonstrou a vantagem da contratação através de Pregão Eletrônico, pelo critério de menor preço.

4. DOS DADOS DO SEGURADO

- Razão Social: Justiça Federal de Primeiro Grau em Rondônia
- CNPJ: 05.429.264/0001-89
- Endereço: Av. Presidente Dutra, 2203 – Baixa União – Porto Velho/RO, CEP 76.805-902.
- Representante para assinatura da proposta vencedora: Aline Freitas da Silva, Diretora da Secretaria Administrativa (Portaria SJ DIREF de delegação n. 10470754).
- Endereços segurados: os imóveis constantes no item 5, a seguir.

5. DOS BENS SEGURADOS, VALORES E ESPECIFICAÇÕES

5.1. O valor total dos bens a serem segurados é da ordem **R\$ 38.074.145,88 (trinta e oito milhões,**

setenta e quatro mil cento e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Os valores discriminados por item estão relacionados na tabela abaixo e os valores detalhados no ANEXO I deste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO
01	<p>Seguro predial do edificio sede da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, incluindo a Subestação de energia, localizado na Av. Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76805-902.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade do órgão (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>-Valor Segurado: R\$ 23.707.685,79, incluindo bens.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 10.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none">- Danos elétricos: até 10% do valor segurado;- Ventania e granizo: até 10% do valor segurado;- Alagamento e inundações: até 10% do valor segurado; <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro desde 26/02/2015.</p> <p><u>Apólice atual n. 1800718733</u> - SOMPO SEGUROS S.A.</p>

02	<p>Seguro predial do estacionamento do edifício sede da Seção Judiciária do Estado de Rondônia (imóvel contínuo ao prédio sede), localizado entre Rogério Weber e Av. Presidente Dutra, s/n, Quadra 62, Lote 208 (antigo 169), Setor 03, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76805-902.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Estacionamento exclusivo para o público interno.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>-Valor Segurado: R\$ 1.282.023,64.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado; - Alagamento e inundações: até 10% do valor segurado; <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Sem seguro.</p>
03	<p>Seguro predial do edifício sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, Av. Presidente Vargas, n. 925, esquina com Av. Marechal Rondon, bairro Centro, em Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900.038.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade do órgão (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>-Valor Segurado: R\$ 5.658.798,61, incluindo bens.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Danos elétricos: até 10% do valor segurado; - Ventania e granizo: até 10% do valor segurado. <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>O prédio ocupado anteriormente pela Justiça Federal em Ji-Paraná foi segurado ininterruptamente sem sinistro desde 2006 e o atual desde 12/02/2019, sendo segurando atualmente pela <u>apólice n. 1800718733</u> - SOMPO SEGUROS S.A.</p>

04	<p>Seguro predial do imóvel da Subseção Judiciária de Ji-Paraná - estacionamento e o arquivo judicial, localizado na Rua Júlio Guerra, Lote n. 01-A, Quadra 19, esquina com Av. Clóvis Arraes, bairro Centro, em Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900-044.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Estacionamento e Arquivo Judicial sem atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>-Valor Segurado: R\$ 1.363.756,00, incluindo bens.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <p>- Danos elétricos: até 10% do valor segurado;</p> <p>- Ventania e granizo: até 10% do valor segurado.</p> <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>O prédio ocupado anteriormente pela Justiça Federal em Ji-Paraná foi segurado ininterruptamente sem sinistro desde 2006 e o atual desde 12/02/2019, sendo segurando atualmente pela <u>apólice n. 1800718733</u> - SOMPO SEGUROS S.A.</p>
05	<p>Seguro predial do edifício sede da Subseção Judiciária de Vilhena, Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196, Jardim Eldorado, Vilhena/RO, CEP 76980-000.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade do órgão (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>-Valor Segurado: R\$ 2.413.181,38, incluindo bens.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <p>- Danos elétricos: até 10% do valor segurado;</p> <p>- Ventania e granizo: até 10% do valor segurado.</p> <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro desde 11/11/2014.</p> <p><u>Apólice atual n. 1800718733</u> - SOMPO SEGUROS S.A.</p>

06	<p>Seguro predial do edifício Anexo I - Getúlio Vargas (Seção Judiciária do Estado de Rondônia) em Porto Velho localizado na Av. Getúlio Vargas, n. 2891, São Cristóvão, Porto Velho/RO, CEP 76804-061.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Arquivo Judicial sem atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>-Valor Segurado: R\$ 1.795.652,55, incluindo bens.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <p>- Danos elétricos: até 10% do valor segurado;</p> <p>- Ventania e granizo: até 10% do valor segurado.</p> <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro de 06/12/2016 a 12/02/2021.</p> <p>Atualmente sem seguro.</p>
07	<p>Seguro predial do edifício Anexo II - Ipase Novo (Seção Judiciária do Estado de Rondônia) em Porto Velho localizado na Rua Itália, n. 2.218 - Bairro Ipase Novo, Porto Velho/RO, CEP: 78900-000.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Depósito de bens e materiais sem atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>-Valor Segurado: R\$ 507.523,98.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <p>- Danos elétricos: até 10% do valor segurado;</p> <p>- Ventania e granizo: até 10% do valor segurado.</p> <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro de 06/12/2017 a 12/02/2021.</p> <p>Atualmente sem seguro.</p>

08	<p>Seguro predial do edifício sede da Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim - UAA/GUM e da Polícia Federal, Av. Duque de Caxias, 2409, Santa Luzia, Guajará-Mirim/RO, CEP 76850-000.</p> <p>Ocupação/atividade detalhada do local: Atividades inerentes a finalidade dos órgãos ocupantes, Justiça Federal (atividade meio – administrativo e atividade fins – judicial) e Polícia Federal (atividade meio – administrativo e atividade fins), com atendimento ao público externo.</p> <p>COBERTURA PRINCIPAL, do tipo RISCO RELATIVO, sem franquia, com cobertura de 100% (cem por cento) nos sinistros causados por incêndio, descargas atmosféricas, explosão e adicionais, assim como suas consequências:</p> <p>- Valor Segurado: R\$ 1.345.523,93, incluindo apenas os bens da UAA/GUM.</p> <p>COBERTURAS ACESSÓRIAS, com franquia simples, limitado ao valor de R\$ 5.000,00:</p> <p>- Danos elétricos: até 10% do valor segurado;</p> <p>- Ventania e granizo: até 10% do valor segurado.</p> <p>PERÍODO DE COBERTURA: 12 (doze) meses, contado a partir das 0h (zero hora) do dia seguinte da assinatura do contrato.</p> <p>Segurado ininterruptamente sem sinistro desde 11/11/2013.</p> <p><u>Apólice atual n. 1800718733</u> - SOMPO SEGUROS S.A.</p>
----	--

5.2. Todos os imóveis são de alvenaria e concreto, e são utilizados para finalidades públicas tendo ou não atendimento ao público.

5.3. Todos os imóveis possuem vigilância armada ostensiva 24 horas, com exceção dos dois anexos (itens 6 e 7), que não possuem vigilância. O Anexo I (item 6), possui monitoramento eletrônico por empresa contratada, que monitora por sensores de presença e câmeras. Todos contam com sistema de circuito fechado de TV, com exceção do imóvel Anexo II (item 07).

5.4. Todos os imóveis possuem extintores de incêndio, dispostos estrategicamente e de acordo com as orientações do Corpo de Bombeiro Militar, com exceção do estacionamento (item 2). Os imóveis possuem ainda hidrantes, com exceção dos dois anexos e do estacionamento (itens 2, 6 e 7).

5.5. Os itens 01, 03, 04, 05 e 08 estão segurados pela Apólice atual n. 1800718733 com a **SOMPO SEGUROS S.A.** com vigência até as 24h do dia 12/02/2022. Este seguro foi contratado com o valor total de R\$ 11.492,34 (onze mil quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos).

5.6. Referente ao item 1 - Prédio Sede da Justiça Federal de Rondônia (Porto Velho), houve um sinistro em 2014, referente ao alagamento decorrente da enchente do Rio Madeira. A Seguradora à época era a Tokio Marine. Apólice n. 180 0000875874. Foi indenizado o valor total previsto para indenização em caso de alagamento/inundação que era de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

5.7. Não há bens ao ar livre a serem cobertos.

5.8. Na construção dos imóveis não foram usados isopaineis.

5.9. Não há imóveis a serem segurados tombados pelo patrimônio histórico.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Devem ser inclusas nas propostas os bônus de praxe.

6.2. Não haverá pagamento pela CONTRATANTE de franquia principal na ocorrência de sinistros dos imóveis.

6.3. Ocorrendo sinistros relacionados as coberturas acessórias, a CONTRATANTE realizará o pagamento da franquia no valor informado em cada item, limitando a cobertura a 10% do valor segurado para o item.

7. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DA APÓLICE

7.1. A CONTRATADA entregará a apólice, por meio digital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de assinatura do contrato, nos termos do § 2º, do Art 2º, do Decreto n. 60.459/67.

7.2. O recebimento definitivo da apólice, para efeito de verificação da sua conformidade, validade e aceite, será realizado no ato da entrega pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, por meio do gestor do contrato.

7.3. Na hipótese da CONTRATADA entregar a apólice em desconformidade com as especificações do Termo de Referência, a mesma será recusada, sendo fixado, pela CONTRATANTE, novo prazo para a entrega, não inferior a 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das coberturas dos imóveis.

7.4. O fato de a CONTRATADA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos no futuro contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

8.1. Além da Regularidade Fiscal junto a Fazenda Federal, ao FGTS, ao INSS, à JUSTIÇA DO TRABALHO, e não possuir restrições nos cadastros CEIS, CNIA e TCU, a seguradora deverá possuir autorização para operar seguros e ter regularidade junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

8.2. As corretoras de seguros não poderão participar do certame licitatório, sob quaisquer circunstâncias.

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1. Tratando-se de serviço comum, entende-se que o objeto descrito neste termo de referência poderá ser contratado por meio de Pregão Eletrônico, do tipo MENOR VALOR GLOBAL, referente ao valor global do prêmio, observados os valores unitários estimados para cada imóvel, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019.

9.2. No detalhamento das propostas, as seguradoras licitantes deverão apresentar sua composição de preços para cada imóvel com valores dos prêmios unitários e global.

9.3. Sagrar-se-á vencedora do certame a seguradora que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL para a contratação dos serviços.

9.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E SEGURO

10.1. A vigência do contrato e da apólice será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

10.2. A renovação somente será permitida para todo o lote contratado, não sendo permitido a exclusão de itens na renovação.

11. DO VALOR ESTIMADO *(a ser obtido em pesquisa de mercado pela Seção de Licitação e Compras - SELIT)*

11.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ _____

(_____), para o período de 12 (doze) meses, compreendendo todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A relação contratual, no caso do presente instrumento, será regulada por termo de contrato, nos termos previstos neste instrumento, efetivando-se a mesma no ato da assinatura do Contrato por parte da adjudicatária, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA, dele fazendo parte o Edital de Licitação e a proposta vencedora.

12.2. A Adjudicatária deverá comprovar, no ato emissão da assinatura do Contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho, ao Conselho Nacional de Justiça e à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

12.3. O Adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinatura do Contrato, prazo esse que deverá realizar o cadastro no responsável no Acesso Externo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI!, conforme orientações da Seção de Licitações e Compras, bem como promover a assinatura eletrônica no instrumento contratual.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Considerando que se trata de contratação de serviço comum, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE possui as seguintes obrigações:

- a. prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao contrato que venham a ser solicitados pelo preposto ou representante da CONTRATADA;
- b. impedir que a prestação do serviço seja realizada por terceiro estranho ao contrato;
- c. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços nas condições e prazos constantes neste instrumento;
- d. acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas;
- e. fornecer todos os documentos, prestar as informações e/ou esclarecimentos necessários à cobertura do seguro;
- f. comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistros;
- g. arcar com os custos de pagamento das franquias estipuladas nas apólices;
- h. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo a adoção das providências necessárias à sua regularização;
- i. manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto à aplicação de sanções, às alterações e às revisões do contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA possui as seguintes obrigações:

- a. assinar o contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da convocação;
- b. encaminhar a apólice por meio eletrônico e com assinatura válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da assinatura do contrato;

- c. indicar na apólice um preposto ou representante da CONTRATADA, com ou sem residência na cidade de Porto Velho/RO, indicando em qualquer caso o nome do responsável, telefones fixos e móveis para contato, e e-mail;
- d. disponibilizar, independente da indicação da alínea "c", contato telefônico com Central de Atendimento da Seguradora, disponível 24 horas/dias, sete dias por semana, com custo de ligação sem ônus para a CONTRATANTE;
- e. garantir a cobertura de todos os imóveis constantes neste instrumento, durante toda a vigência do contrato, continuamente, sem lapso entre o final da vigência da apólice atual e o início da vigência da nova apólice;
- f. manter todas as condições constantes da apólice vigente, sobretudo no que tange a cobertura, classe de bonificação, entre outras especificações;
- g. incluir e/ou excluir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de solicitação da CONTRATANTE, a cobertura contratual para os imóveis por ela solicitados, observando-se, para a cobrança ou devolução da diferença de prêmio, o valor proporcional ao período segurado;
- h. emitir endossos das alterações, substituições, inclusões ou exclusões ocorridas durante o período de vigência da apólice e do Contrato, encaminhando à CONTRATANTE toda a documentação necessária até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao término do prazo para execução do serviço;
- i. providenciar, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, as correções referentes a eventuais cobranças indevidas de prêmio;
- j. indenizar os valores segurados nos casos de sinistros e demais ocorrências previstas na cobertura da apólice e no contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da documentação exigida pela SUSEP para a execução da providência, mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- k. responsabilizar-se pelos salvados, em caso de pagamento de indenização integral;
 - l. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantias e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- m. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto se autorizado no termo de referência ou contrato, com anuência expressa da CONTRATANTE;
- n. aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor para a execução dos serviços, na forma do artigo 65,§ § 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;
- o. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado após o recebimento da apólice, em depósito em conta corrente ou pagamento de boleto bancário entregue pela CONTRATADA.

16.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário ou pagamento de boleto bancário, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da apólice ou boleto bancário.

16.2.1. Condiciona-se o pagamento a:

- a. apresentação da apólice com a descrição do objeto contratado;
- b. atesto do gestor do contrato na apólice.

16.3. A CONTRATADA indicará na apólice ou outro meio o nome do banco e o número da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

16.4. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

16.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

16.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

a) Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias Externas (RE) correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.

b) O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADA.

16.7. O pagamento de eventuais franquias de seguro deverá ser processado em fatura específica para esse fim, conforme valores especificados nas respectivas apólices.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o contratado, garantida a prévia defesa, sujeita-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, incisos I e II, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49:

I- Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

17.2. A penalidade de advertência, será cabível para punir falhas cuja gravidade não incida nas penas previstas nos incisos II e III do item 16.1. deste Termo de Referência.

17.3. Ficarão impedidos de licitar e de contratar com a União e serão descredenciados no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

17.4. Poderá ser aplicada a penalidade de multa, sem prejuízo das sanções acima descritas, ao contratado em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a) recusa em aceitar o contrato;
- b) atraso na execução do contrato;
- c) inexecução parcial ou total do contrato;
- d) apresentar documentação falsa, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato;
- e) não manter, no momento da lavratura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

17.5. Recusa em assinar o contrato, caracterizada pelo atraso superior a 10 (dez) dias, a contar do vencimento do prazo. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

17.6. Atraso injustificado para a assinatura do contrato, contado do vencimento do prazo mencionado no item 15.1, alínea "a", até 10 (dez) dias. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso.

17.7. Atraso injustificado na execução do contrato, caracterizado pela não entrega da apólice no prazo estipulado no item 7.1. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso, até o limite de 15 dias, findo o qual estará caracterizada a inexecução contratual.

17.8. Inexecução total do contrato caracterizado pela não entrega de apólice, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 6 (seis) meses a 05 (cinco) anos.

17.9. Atraso injustificado na execução do contrato relativo aos demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,5% (três décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias corridos, ou 5% (dois por cento) do valor do contrato, por ocorrência, por descumprimento.

17.10. Apresentar documentação falsa, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução do contrato. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

17.11. A não manutenção, no momento da emissão da nota de empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.12. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

17.13. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

17.14. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela

contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a CONTRATANTE descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

17.15. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

17.16. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total contratado.

17.17. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para a CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

17.18. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

18. DO REAJUSTE OU DESCONTO DO VALOR DO PRÊMIO

18.1 O valor do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir do início da vigência da apólice, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderá ser reajustado por índice oficial de preços.

18.2 O reajuste, se concedido, será com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, como percentual máximo permitido.

18.3 A CONTRATADA deverá apresentar cálculo analítico dos novos preços, levando em consideração a ocorrência ou não de sinistros no período de referência, de forma a apurar a sinistralidade do contrato, devendo também considerar a classe de bônus de cada imóvel.

18.4 Caso os cálculos do valor total dos prêmios para o novo período seja inferior ao atual contrato, esse desconto deverá ser repassado ao CONTRATANTE.

18.5 Em qualquer caso, a CONTRATANTE se reserva no direito de realizar pesquisa de mercado para verificar a compatibilidade dos reajustes e descontos, a fim de garantir a continuidade da vantajosidade do valor contratado.

19. DA VISTORIA

19.1. A licitante poderá vistoriar, facultativamente, os imóveis que serão assegurados, até dois dias antes da data fixada para a abertura da licitação, mediante prévio agendamento junto às unidades abaixo, com antecedência mínima de 01 (um) dia da realização da vistoria:

- a. **SEMAP/PVH** - Seção de Material e Patrimônio da Seção Judiciária de Rondônia. Av. Presidente Dutra, 2203 - Baixa da União - Porto Velho/RO - CEP 76.805-902 e demais imóveis localizados em Porto Velho. Telefone: (69) 2181-5735. E-mail: semap.ro@trfl.jus.br.
- b. **UAA/GUM** - Seção de Suporte Administrativo e Operacional da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim: Av Duque de Caxias, 2409, Santa Luzia, Guajará-Mirim/RO. CEP 76.850-000. E-mail: uaa.gum@trfl.jus.br.
- c. **SESAP/JIP** - Seção de Suporte Administrativo e Operacional da Subseção Judiciária de Ji-Paraná: Av. Presidente Vargas, n. 925, esquina com Av. Marechal Rondon, bairro Centro, em Ji-Paraná/RO. E-mail: sesap.jip@trfl.jus.br.
- d. **SESAP/VHA** - Seção de Suporte Administrativo e Operacional da Subseção Judiciária de Vilhena: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196, Jardim Eldorado, Vilhena/RO. CEP: 76980-000. E-mail: sesap.vha@trfl.jus.br.

19.2. As vistorias ocorrerão em dias de expediente nas unidades acima, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, sendo expedido, na oportunidade, o atestado de comparecimento e vistoria.

19.3. O desconhecimento das condições dos imóveis não poderá, em hipótese alguma, ser alegado como justificativa para a inexecução ou execução irregular dos serviços contratados, bem como solicitar revisões, reajustes ou repactuações de preços.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1. A execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pela Supervisora da Seção de Material e Patrimônio - SEMAP, ou por outro servidor indicado pela contratante, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço.

20.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

20.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade do objeto recebido em conformidade ao disposto no Edital de Licitação.

20.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

Porto Velho, 27 de dezembro de 2021.

VANESSA MONTEIRO ROCHA
Supervisora da SEMAP/RO

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

VALOR DOS IMÓVEIS E BENS PARA FINS DE SEGURO	
Edifício sede da Seção Judiciária do Estado de Rondônia , incluindo a Subestação de energia, localizado na Av. Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76805-902.	
Valor atualizado do imóvel-sede incluindo a Subestação:	R\$ 16.157.195,49
Valor dos bens permanentes (conforme SICAM):	R\$ 6.501.585,48
Valor dos equipamentos da Subestação:	R\$ 1.048.904,82
Valor total a segurar:	R\$ 23.707.685,79
Estacionamento do edifício sede da Seção Judiciária do Estado de Rondônia (imóvel contínuo ao prédio sede) , localizado entre Rogério Weber e Av. Presidente Dutra, s/n, Quadra 62, Lote 208 (antigo 169), Setor 03, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 78900-000	
Valor atualizado do imóvel:	R\$ 1.282.023,64
Valor total a segurar:	R\$ 1.282.023,64
Edifício sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná , Av. Presidente Vargas, n. 925, esquina com Av. Marechal Rondon, bairro Centro, em Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900.038	
Valor atualizado do imóvel:	R\$ 4.059.044,00
Valor dos bens permanentes (conforme SICAM):	R\$ 1.599.754,61
Valor total a segurar:	R\$ 5.658.798,61
Imóvel da Subseção Judiciária de Ji-Paraná - estacionamento e o arquivo judicial , localizado na Rua Júlio Guerra, Lote n. 01-A, Quadra 19, esquina com Av. Clóvis Arraes, bairro Centro, em Ji-Paraná/RO, CEP: 76.900-044	
Valor atualizado do imóvel:	R\$ 1.363.756,00
Valor total a segurar:	R\$ 1.363.756,00
Edifício sede da Subseção Judiciária de Vilhena , Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196, Jardim Eldorado, Vilhena/RO, CEP 76980-000	

Valor atualizado do imóvel:	R\$ 1.497.049,00
Valor dos bens permanentes (conforme SICAM):	R\$ 916.132,38
Valor total a segurar:	R\$ 2.413.181,38
Edifício Anexo I (Seção Judiciária do Estado de Rondônia) em Porto Velho localizado na Av. Getúlio Vargas, n. 2891, São Cristóvão, Porto Velho/RO, CEP 76804-061	
Valor atualizado do imóvel:	R\$ 1.121.695,60
Valor dos bens permanentes (conforme SICAM):	R\$ 673.956,95
Valor total a segurar:	R\$ 1.795.652,55
Edifício Anexo II (Seção Judiciária do Estado de Rondônia) em Porto Velho localizado na Rua Itália, n. 2.218 - Bairro Ipase Novo, Porto Velho/RO, CEP: 78900-000	
Valor atualizado do imóvel:	R\$ 507.523,98
Valor total a segurar:	R\$ 507.523,98
Edifício sede da Unidade Avançada de Atendimento de Guajará-Mirim e da Polícia Federal , Av. Duque de Caxias, 2409, Santa Luzia, Guajará-Mirim/RO, CEP 76850-000	
Valor atualizado do imóvel:	R\$ 1.204.201,80
Valor dos bens permanentes (conforme SICAM):	R\$ 141.322,13
Valor total a segurar:	R\$ 1.345.523,93
<p>1 - Fonte valor dos Imóveis: Sistema SPIUnet (13888311) e avaliações (7574127 e 7612850 c/c Inf. 7720549).</p> <p>2 - Fonte valor dos Bens Permanentes: Sistema SICAM (13895611) e e-mail (7208784).</p> <p>Obs. Os bens foram divididos conforme o local onde se encontram. Foi excluído do valor dos bens extraídos do Sistema SICAM o valor dos veículos, que são segurados em contrato diverso deste.</p>	

(Fim do documento.)



Documento assinado eletronicamente por **Sara Regina da Silva Lago**, **Técnico Judiciário**, em 14/01/2022, às 11:20 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **14827834** e o código CRC **86839BE7**.